



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1013131-20.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Comum - Sistema Nacional de Trânsito**
 Requerente: **Luzmarina de Jesus Oliveira Araujo**
 Requerido: **Departamento Estadual de Trânsito de São Paulo - Detran/sp e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Ato Administrativo c/c Obrigação de Fazer com pedido de antecipação dos efeitos da tutela, ajuizada por **LUZMARINA DE JESUS OLIVEIRA ARAUJO** contra o **DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO DE SÃO PAULO – DETRAN** e o **DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM - DER**, alegando, em síntese, que é detentora de Permissão para Dirigir e foram lançadas em seu prontuário as autuações nº 1-B-124.588-4, 1-C-678.091-4 e 1-C-748.491-4, datadas de 24/11/2015, 25/03/2016 e 27/03/2016, respectivamente, cujas infrações teriam sido praticadas por Jesuíno Souza Araújo – CNH nº 01799451242, o que a impediu de dirigir, pois não lhe é permitido a emissão da CNH definitiva. Aduz que indicou tempestivamente o real condutor, mas não teve notícia do motivo do seu indeferimento.

Foi indeferida a tutela provisória de urgência (fls. 51).

Contestação do DETRAN às fls. 57/62, na qual alega, preliminarmente: a) inadequação da via eleita; b) ilegitimidade passiva; c) falta de interesse de agir. Requer o acolhimento da preliminar e extinção do feito sem julgamento do mérito.

O Departamento de Estradas de Rodagem não apresentou contestação.

Houve réplica (fls. 78/80).

A autora foi intimada para juntar aos autos a declaração com firma reconhecida do real condutor e cópia da CNH, o que foi cumprido com a juntada dos documentos fls. 84/85.

É o relatório.

Fundamento e decidido.

Passa-se ao julgamento imediato da ação – nos termos do artigo 355, inciso I, do Código de Processo Civil –, pois a matéria é unicamente de direito, não havendo necessidade de se produzir prova em audiência.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

A presente causa insere-se entre aquelas de competência do JEFAZ, que, no caso, é absoluta. A alegação sequer foi refutada pelo autor em réplica.

Como a referida competência está afeta a esta mesma Vara da Fazenda, por economia processual, desde já profiro sentença, com observância, porém, das regras pertinentes a esse sistema dos juizados especiais e, ao final, deverá ser feita a redistribuição do processo para que tenha prosseguimento naquela sede.

Não é o caso de se acolher a preliminar de ilegitimidade passiva invocada pelo DETRAN. Isso porque, os efeitos da transferência da infração e sua pontuação para outro condutor, bem como o próprio ato de expedição da CNH definitiva são de competência da autarquia e dependem dos dados de seu sistema.

Há interesse de agir pois as infrações cadastradas no prontuário da autora geraram a impossibilidade de emissão de sua Carteira de Habilitação definitiva

No mais, o pedido merece acolhimento.

A autora alega que encaminhou o formulário com a indicação do real condutor para o órgão requerido (fl. 23 e 29/30), mas desconhece o motivo pelo qual o DER não efetivou a transferência das pontuações. O DER não contestou este fato, presumindo-se verdadeira a alegação da autora.

Tendo a indicação do condutor sido indeferida por vício que desconhece nos autos, mas, havendo elementos indicativos de que a infração foi cometida por terceiro, não pode o proprietário ser responsabilizado pelos efeitos extrapatrimoniais de natureza personalíssima que não podem passar da pessoa do infrator, sob pena de ofensa ao art. 5º, XLIV, da Constituição Federal.

A jurisprudência vem reconhecendo a possibilidade de comprovação, em juízo, de que o infrator era pessoa diversa do proprietário (REsp 765.970/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, j. 17/09/2009, DJe 02/10/2009). Tal se fundamenta no caráter personalíssimo das sanções. Somente aquele que comete um ato ilícito pode por ele responder. A pena não pode ser cumprida por outro quando efetivamente comprovado que a infração fora cometida por condutor diverso à figura do proprietário.

A autora não foi autuada em flagrante, não podendo ser automática a imputação da infração, somente por ser a proprietária, quando indicou a real infrator e houve declaração deste de que aceita a transferência da pontuação, conforme se verifica do documento de fls. 84.

Ante o exposto, julgo o processo com resolução do mérito e **PROCEDENTE** o pedido, para o fim de declarar nulo o bloqueio que impede a emissão da CNH definitiva da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

autora, e, desde que contemplados todos os requisitos, determinar a sua emissão e a transferência da pontuação das autuações nº 1-B-124.588-4, 1-C-678.091-4 e 1-C-748.491-4 para o prontuário de Jesuíno Souza Araújo – CNH nº 01799451242.

Sem condenação dos réus nas verbas sucumbenciais, nos termos da Lei nº 12.153/09 e Lei nº 9.099/95.

Cumpra-se na forma e sob as penas da lei, servindo esta decisão como OFÍCIO, cuja entrega à CIRETRAN deverá ser providenciada pela parte autora, a título de colaboração com o Juízo, em vista do crescente aumento do número de ações sobre a mesma questão e o exíguo quadro de servidores.

P.I.

São Carlos, 27 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**